

AVISO

Camões- Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Abertura de procedimento concursal simplificado destinado ao recrutamento simplificado de docentes do ensino português no estrangeiro para o cargo de leitor, ao nível do ensino superior, na Universidade de Kinshasa, República Democrática do Congo

1. Abertura e publicitação de procedimento concursal, após observância do procedimento prévio:

1.1. Ao abrigo do disposto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, que também o republicou, e pelo Decreto-Lei n.º 88/2019, de 3 de julho, e da Portaria n.º 1277 /2010, de 16 de dezembro, torna-se público que se encontra aberto procedimento concursal simplificado para o recrutamento local de um professor do ensino português no estrangeiro para o cargo de Leitor, ao nível do ensino superior.

1.2. Para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 5 do artigo 24º da Lei nº 80/ 2013, de 28 de novembro, e de acordo com o estabelecido no nº 1 do artigo 265º da LTFP, aprovada e publicada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, (aplicável "ex vi" na alínea a) do artigo 42º do RJEPE) e no artigo 4º da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro, foi cumprido o procedimento de consulta prévia ao INA, que emitiu declaração de Inexistência de docentes em situação de requalificação com perfil adequado ao exercício das funções e a suprir as necessidades identificadas, que justificam a abertura do presente procedimento.

2. Data e autor do ato de autorização de abertura do procedimento:

O presente procedimento foi autorizado por despacho do Senhor Vice Presidente do Conselho Diretivo do Camões, I.P., de 06/09/2019, para os efeitos e ao abrigo do disposto no artigo 2º da Portaria nº 1277 /2010, de 16 de dezembro, das alíneas g) e i) do nº 1 do artigo 21º da Lei nº 3/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação e do artigo 5º do DL nº 21/2012, de 30 de janeiro e exarada na Informação de Serviço n.º CICL-1/2019/5628/DSL-DCEPE, de 03/09/2019.

3. Identificação do posto de trabalho:

O presente procedimento destina-se ao preenchimento do seguinte posto:

PAÍS	LOCALIZAÇÃO/ INSTITUIÇÃO	SITUAÇÃO	PERÍODO DE PROVIMENTO	LÍNGUA
República Democrática do Congo	Universidade de Kinshasa	Vacatura	Contrato a efetuar a partir do início de funções até 31 de agosto de 2020	Francês

4. Remuneração a auferir:

O docente irá auferir uma das seguintes remunerações ilíquidas mensais (em Euros), com base nos índices 100 ou 110 da carreira docente universitária:

a) 1.800,51€ - com grau de Mestre/Doutor;

b) 1.636, 83€ - com estudos pós-graduados;

c) Subsídio de residência.

5. Requisitos de candidatura:

Apenas podem ser opositores ao presente procedimento os candidatos que reúnam os seguintes requisitos previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 1277 /2010, de 16 de dezembro:

a) Possuam os requisitos gerais previstos na lei para a constituição de relação jurídica de emprego público, designadamente não estarem inibidos do exercício de funções públicas ou interditos para o exercício das funções a que se candidatam, possuírem a robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e terem cumprido as leis de vacinação obrigatória;

b) Possuam grau de licenciado, adquirido no âmbito da legislação anterior ao Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, ou grau de mestre nos termos do mesmo decreto-lei, nas áreas do ensino do Português (Língua Não Materna), Linguística ou Literatura;

c) Experiência de ensino do português como Língua Estrangeira (PLE);

d) Experiência de coordenação de atividades pedagógico-didáticas, designadamente de elaboração de materiais didáticos;

- e) Experiência de organização, promoção e acompanhamento de atividades culturais;
- f) Domínio comprovado da língua estrangeira de comunicação internacional com especial relevância no sistema de interação universitário do país (Francês - nível B2, ou superior, do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas);
- g) Experiência de trabalho em equipa e por objetivos.

6. Área de lecionação:

Ao nível do ensino superior, Ensino e Investigação na área da Língua Portuguesa - Linguística e Literaturas.

7. Prazo para apresentação de candidaturas:

A candidatura deve ser apresentada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação de abertura do presente procedimento.

8. Forma de apresentação de candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do Camões, I.P., para o seguinte correio eletrónico:

RDCongo2020@camoes.mne.pt

9. Método de seleção a aplicar, respetiva ponderação dos elementos e fatores que o constituem e sistema de valoração final:

Nos termos do disposto no artigo 11.2 da Portaria n.2 1277 /2010, de 16 de dezembro, o método de seleção a aplicar é o método de avaliação curricular o qual será valorado da seguinte forma:

- a) A ponderação da habilitação académica e profissional é de 70%.
- b) A ponderação da experiência profissional é de 30%.

10. Ordenação dos candidatos:

10.1. Os candidatos são ordenados de acordo com a avaliação final que resulta da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos métodos de seleção.

10.2. A avaliação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = 70\% HA + 30\% EP$$

AF - avaliação final

HA - habilitação académica

EP - experiência profissional

11. Local e forma de divulgação dos resultados:

A lista ordenada dos candidatos é divulgada na página eletrónica do Camões, I.P.

12. Direito de participação dos interessados:

No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos podem, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre a lista ordenada dos candidatos, no prazo de dois dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de publicitação feita nos termos do número anterior, para: RDCongo2020@camoes.mne.pt

13. Documentos a entregar pelo candidato:

13.1. A candidatura deve ser obrigatoriamente acompanhada pelos seguintes documentos sob pena de não poder ser considerada:

- a) Declaração de consentimento informado para recolha, utilização, registo e tratamento dos dados pessoais, fornecidos para o processo concursal em curso;
- b) Declaração de consentimento expreso para efeitos de submissão do respetivo documento de identificação, o qual deverá acompanhar a declaração;
- c) Registo criminal, em como o candidato não está inibido para o exercício das funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Declaração de que possui a robustez física para o exercício das funções;
- e) Prova do cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- f) Certidão comprovativa da (s) habilitação (ões) declarada (s) da qual deverá constar, obrigatoriamente, a indicação da data de conclusão do respetivo curso e a classificação obtida;
- g) Certidão comprovativa do tempo de serviço prestado em funções docentes no estrangeiro e /ou noutras modalidades educativas;
- h) Documento comprovativo do domínio da língua francesa (correspondente ao nível B2 do QECR) e portuguesa, se aplicável (correspondente ao nível C2 do QECR);
- i) Curriculum Vitae assinado.

13.2. Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Portaria n.º 1277 /2010, de 16 de dezembro, os documentos referidos no número anterior podem ser substituídos pela apresentação de declaração, sob compromisso de honra, de que o candidato reúne os

requisitos em causa, desde que seja demonstrado, fundamentadamente e devido a causas que não lhe sejam imputáveis a título de dolo ou negligência, a impossibilidade de os entregar juntamente com a candidatura e dentro do prazo previsto no nº 7 do presente Aviso.

13.3. Verificando-se a impossibilidade de entrega dos documentos dentro do prazo de candidatura, na situação indicada em 13.2 do presente Aviso de abertura, os documentos em falta deverão ser entregues, pelo candidato que seja notificado para aceitar o lugar nos termos do artigo 15º da Portaria nº 1277 /2010, de 16 de dezembro, no prazo de oito dias após a aceitação do lugar.

14. Enquadramento legal:

Ao presente procedimento é aplicável o artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, bem como a Portaria n.º 1277 /2010, de 16 de dezembro, o Despacho n.º 6859/2019, de 1 de agosto de 2019, publicado em DR 2ª Série n.º 146, de 1 de agosto de 2019, os nºs 1 a 3 do artigo 40º da Portaria nº 83 -A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria nº 145/2011, de 6 de abril e Lei de Orçamento de Estado em vigor, aprovada pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

15. Aceitação do lugar:

15.1. Após a publicitação da Lista de ordenação final de ordenação dos candidatos a que se alude no nº 10 do presente Aviso e de acordo com a ordem nela estabelecida, os candidatos serão notificados para efeitos de aceitação do lugar por uma das formas elencadas nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 15º da Portaria nº 1277 /2010, de 16 de dezembro, devendo a aceitação ser comunicada, por escrito, pelo candidato no prazo de 24 horas a contar da data do recibo de entrega do correio eletrónico ou da data do registo do ofício, respeitada a dilação de 3 dias do correio.

15.2. O (s) candidato (s) que aceite (m) o lugar, dever ter disponibilidade para assumir as funções adstritas ao horário, devendo apresentar-se ao serviço no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de aceitação.

15.3. A aceitação do lugar será formalizada pela assinatura do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo, de acordo com o previsto, conjugadamente, no nº 4 do artigo 32º do DL nº 165/2006, de 11 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro, e do nº 2 do artigo 15º da Portaria nº 1277 /2010, de 16 de dezembro, ficando a sua eficácia, nos casos previstos no nº 3 do artigo 6º desta Portaria, condicionada à entrega dos documentos em falta.

15.4. Os documentos em falta, exigidos no aviso de abertura, deverão ser entregues no prazo de oito dias após a aceitação do lugar, sob pena de cessação imediata de funções docentes, de impossibilidade de o candidato concorrer, durante três anos, aos procedimentos concursais que sejam abertos para o ensino português no estrangeiro, tendo o docente apenas direito ao pagamento da remuneração correspondente aos dias em que exerceu funções.

16. Prazo e forma de reclamação:

Em cumprimento do estabelecido no artigo 13.º da Portaria n.º 1277 /2010, de 16 de dezembro, os candidatos podem, por escrito, dizer o que se lhes oferecer sobre a lista ordenada dos candidatos, no prazo de dois dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data da sua publicação, devendo as alegações a apresentar serem obrigatoriamente efetuadas por correio eletrónico, para o endereço associado ao presente procedimento.

Findo este prazo, a lista definitiva é submetida a despacho de homologação do Presidente do Camões, I.P., e publicitada no prazo máximo de dois dias úteis.

21/02/2020

O Presidente do Camões, I.P.,



(Luís Faro Ramos)